



Demonstrações Financeiras Semestrais

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

30 de junho de 2022

Índice das Demonstrações Financeiras Semestrais

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório dos Auditores Independentes	5
Demonstrações Financeiras Semestrais	
Balanços Patrimoniais	9
Demonstrações dos Resultados	11
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
Demonstrações do Valor Adicionado	15
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Semestrais	16
Relação dos Administradores	36
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Semestrais	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	38

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Semestrais do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao período findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.552 milhões em 30 de junho de 2022, apresentando evolução de 2% em relação a R\$1.525 milhões em 31 de dezembro de 2021. O lucro líquido apresentado no período findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$56 milhões (30/06/2021 - R\$90 milhões).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2022, os ativos totais atingiram R\$11.234 milhões (31/12/2021 – R\$10.734 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante líquido de R\$8.716 milhões (31/12/2021 – R\$9.124 milhões).

Em 30 de junho de 2022, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$3.597 milhões (31/12/2021 – R\$3.409 milhões), recursos de aceites cambiais e emissão de títulos e letras financeiras em R\$5.383 milhões (31/12/2021 – R\$5.013 milhões).

Conjuntura Econômica

Ao final do segundo trimestre de 2022, o Banco RCI Brasil observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 1,2% em 2022 frente à expansão de 4,6% no ano anterior. A projeção para 2022 é maior que a observada no final do primeiro trimestre e, na avaliação do Banco RCI Brasil, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou além do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral dessazonalizada de 0,5% para o primeiro trimestre de 2022. Os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com nossa estimativa de crescimento do PIB no trimestre anterior, estimávamos alta de 1,0% e reforçaram nossa expectativa de que a economia brasileira crescerá 1,2% em 2022.

No último trimestre, o Banco RCI Brasil testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 12,1%, patamar acima da meta de 3,50% determinada para 2022 e superior ao valor de 9,5% projetado pelo Banco RCI Brasil para o mesmo ano. O Banco RCI Brasil entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 11,75% a.a. para 13,25% a.a. entre o final do segundo trimestre de 2022 e o trimestre anterior. O Banco RCI Brasil julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco RCI Brasil projeta que a taxa Selic atingirá 5,3% a.a. ao final de 2023 e 3,0% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco RCI Brasil viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o segundo trimestre de 2022 cotada a R\$5,10/US\$. Ou seja, acima da cotação de R\$4,74/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio encerrará o ano de 2022 cotada a R\$5,15/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco RCI Brasil julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) intensificação no ritmo de ajuste de política monetária nos EUA; 2) início de normalização da política monetária na Zona do Euro; 3) novo surto de contaminação de COVID-19 na China, provocando reimplantação de lockdowns em cidades importantes do país como Shanghai e Beijing e; 4) elevação na cotação do

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

barril de petróleo derivada de restrições de oferta, que reforçou as pressões inflacionárias ao redor do globo. No ambiente doméstico, o Banco RCI Brasil entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação de medidas tributárias para tentar aliviar pressões inflacionárias, que elevaram o desconforto com a dinâmica das contas públicas nos anos à frente e; 2) retirada de potenciais candidaturas à presidência, reforçando a natureza polarizada do pleito deste ano.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no período findo em 30 de junho de 2022, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras Semestrais.

Outras Informações

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de junho de 2022, foi aprovada a eleição para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato complementar válido até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024, do Sr. Rosano Ouriques e Ricardo Olivares de Magalhães na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 12 de agosto de 2022.

O Conselho de Administração

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do semestre corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

– **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.j e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações (que compreendem as operações de crédito e de arrendamento mercantil), em nove níveis de risco. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de diversas premissas e fatores (internos e externos) para determinação do rating, incluindo inadimplência dos clientes e garantia das operações, cenário econômico atual, setor de atividade econômica e demais fatores definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda, envolvem premissas e julgamento baseados em suas metodologias internas de classificação de risco e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada representa a melhor estimativa do Banco. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e também devido à complexidade dos métodos e premissas utilizados e ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco relacionados aos processos de apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: aprovação e registro das operações de crédito e de arrendamento mercantil, classificação e atualização dos ratings dos clientes e operações que são base para a apuração da provisão.
- analisamos o cálculo aritmético, incluindo a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais, descritas nas notas explicativas nº 3.j e 8.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras individuais e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente



preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais .

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do semestre corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 12 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC PR-007945/F-7

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP-252418/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial

	Notas Explicativas	30/06/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		5.542.612	5.062.046
Disponibilidades	4	47.802	5.050
Instrumentos Financeiros		5.480.572	5.030.977
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	403.894	27.000
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	403.384	106.027
Operações de Crédito	8.b	4.346.408	4.556.935
Outros Ativos Financeiros	6	326.886	341.015
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	67.425	95.383
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(116.396)	(114.291)
Outros Ativos	10	45.714	41.751
Ativos Fiscais Correntes	9.a	17.495	3.176
Ativo não Circulante		5.690.938	5.672.010
Instrumentos Financeiros		5.272.760	5.223.222
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	783.824	676.979
Instrumentos Financeiros Derivativos		219.738	142.565
Operações de Crédito	8.b	4.269.198	4.403.678
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	33.253	67.566
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(198.378)	(185.588)
Outros Ativos	10	226.010	226.665
Ativos Fiscais Diferidos	9.b	351.022	333.210
Imobilizado de Uso	11	2.578	2.815
Imobilizado de Uso		5.527	5.575
Depreciações Acumuladas		(2.949)	(2.760)
Intangível	12	3.693	4.120
Ativos Intangíveis		9.896	9.889
Amortizações Acumuladas		(6.203)	(5.769)
Total do Ativo		11.233.550	10.734.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Semestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	30/06/2022	31/12/2021
Passivo Circulante		3.733.048	3.709.904
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		3.352.805	3.353.081
Depósitos	13.a	1.475.033	1.640.417
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	1.861.488	1.636.541
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	11.156	70.145
Outros Passivos Financeiros		5.128	5.978
Outros Passivos	14	268.552	238.101
Obrigações Fiscais	9.c	111.691	118.722
Passivo não Circulante		5.948.063	5.499.602
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		5.643.542	5.159.115
Depósitos	13.a	2.121.926	1.768.157
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	3.521.616	3.376.442
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	-	14.516
Outros Passivos	14	177.212	197.002
Obrigações Fiscais	9.c	127.309	143.485
Patrimônio Líquido	16	1.552.439	1.524.550
Capital Social		985.225	985.225
Reservas de Lucros		442.862	416.564
Ajustes de Avaliação Patrimonial		124.352	122.761
Total do Patrimônio Líquido		1.552.439	1.524.550
Total do Passivo		11.233.550	10.734.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Semestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados

	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Receitas da Intermediação Financeira		925.472	741.653
Operações de Crédito		603.160	543.944
Operações de Arrendamento Mercantil		125.865	178.832
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		89.275	16.230
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		89.922	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		17.250	2.647
Despesas da Intermediação Financeira		(702.537)	(478.688)
Operações de Captação no Mercado		(467.728)	(167.303)
Operações de Arrendamento Mercantil		(120.409)	(176.162)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(114.400)	(55.579)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	(79.644)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		222.935	262.965
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(115.124)	(118.394)
Receitas de Prestação de Serviços		6.415	5.669
Rendas de Tarifas Bancárias	18	23.044	30.814
Despesas de Pessoal		(21.643)	(22.746)
Outras Despesas Administrativas	19	(92.624)	(83.948)
Despesas Tributárias		(17.203)	(15.514)
Outras Receitas Operacionais	20	65.791	40.052
Outras Despesas Operacionais	21	(78.904)	(72.721)
Resultado Operacional		107.811	144.571
Resultado não Operacional	22	940	11.578
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		108.751	156.149
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.d	(50.722)	(64.227)
Provisão para Imposto de Renda		(57.149)	(46.650)
Provisão para Contribuição Social		(31.522)	(28.565)
Ativo Fiscal Diferido		37.949	10.988
Participação dos Empregados no Lucro		(1.731)	(1.715)
Lucro Líquido		56.298	90.207

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Semestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Lucro Líquido	56.298	90.207
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas	1.590	94.042
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(49)	3
Ajuste ao Valor de Mercado	(93)	6
Imposto de Renda	44	(3)
Hedges de fluxo de caixa	1.639	94.039
Ajuste ao Valor de Mercado	3.130	180.827
Imposto de Renda	(1.491)	(86.788)
Resultado Abrangente	57.888	184.249

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Semestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de Lucro					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	985.225	71.076	388.025	(38.874)	-	1.405.452
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	94.041	-	94.041
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	90.207	90.207
Destinações:						-
Reserva Legal	-	4.511	-	-	(4.511)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	85.696	-	(85.696)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	985.225	75.587	473.721	55.167	-	1.589.700
Saldos em 31 de dezembro de 2021	985.225	78.950	337.614	122.761	-	1.524.550
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	1.591	-	1.591
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	56.298	56.298
Destinações:						-
Dividendos	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Reserva Legal	-	2.815	-	-	(2.815)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	23.483	-	(23.483)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	985.225	81.765	361.097	124.352	-	1.552.439

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Semestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		56.298	90.207
Ajustes ao Lucro Líquido		83.159	53.780
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	114.575	55.579
Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	9	(37.949)	(10.988)
Depreciações e Amortizações		643	345
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	12.000	10.476
Atualização de Depósitos Judiciais	20	(3.914)	(1.205)
Atualização de Impostos a Compensar	20	(2.196)	(427)
Variações em Ativos e Passivos		(229.833)	(764.420)
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(553.290)	5.649
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		307.598	847.163
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		14.129	(22.540)
Redução (aumento) em Outros Créditos		52.097	88.441
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		-	-
Redução em Depósitos		188.385	(996.357)
Redução Aumento em Outras Obrigações		(65.557)	188.710
Impostos Pagos		(106.883)	(101.878)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(24.174)	(620.433)
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		21	(12)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		21	(12)
Atividades de Financiamento			
Emissão de Obrigações de Longo Prazo		1.325.433	1.146.833
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(851.634)	(974.562)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	(30.000)	(46.750)
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento		443.799	125.521
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		419.646	(494.924)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	4	32.050	656.145
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	4	451.696	161.221

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Semestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações do Valor Adicionado

	Nota	01/01 a 30/06/2022		01/01 a 30/06/2021	
Receitas da Intermediação Financeira		925.472		662.008	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		29.459		36.484	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(114.400)		(55.579)	
Outras Receitas (Despesas)		(12.173)		(4.736)	
Despesas da Intermediação Financeira		(588.137)		(343.465)	
Insumos de Terceiros		(91.557)		(99.290)	
Serviços de Terceiros		(27.468)		(38.655)	
Outros		(64.089)		(60.635)	
Valor Adicionado Bruto		148.664		195.422	
Retenções:					
Depreciações e Amortizações		(643)		(346)	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		148.021		195.076	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		20.239	14%	20.715	11%
Remuneração		14.630		14.902	
Benefícios		3.669		3.534	
FGTS		1.174		1.292	
Outras		766		987	
Impostos, Taxas e Contribuições		71.060	48%	83.485	43%
Federais		69.111		80.744	
Municipais		1.949		2.741	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		424		669	
Remuneração de Capitais Próprios		56.298		90.207	
Total		148.021	100%	195.076	100%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Semestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Semestrais

As Demonstrações Financeiras Semestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco RCI Brasil, junto ao mercado e ao Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2022, onde foi objeto de avaliação e análise por parte do Banco RCI Brasil para ponderação sobre seus impactos e dos procedimentos a serem estabelecidos, não gerando impactos significativos nesta Demonstração Financeira.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em 16 de dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. O Banco RCI Brasil iniciou as avaliações de impacto e alterações que serão devidos para adequação aos requerimentos da resolução.

A preparação das Demonstrações Financeiras Semestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Semestrais para o período findo em 30 de junho de 2022 na reunião realizada em 12 de agosto de 2022.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Alterações em Práticas Contábeis:

Não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco para o período findo em 30 de junho de 2022, com exceção das alterações mencionadas nos parágrafos a seguir:

a.1) Investimento

A Resolução CMN nº 4.817/2020 que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, tem como alteração principal a extinção do COSIF "Ações e cotas" do grupo de investimentos, passando estes a serem tratados como Títulos e Valores Mobiliários. A Resolução passou a vigorar a partir de janeiro de 2022, não havendo impactos materiais por essa alteração.

a.2) Conversão de Taxas

A Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, do conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. O Banco RCI Brasil avaliou os impactos e alterações necessárias para atender sua implementação e concluiu que não há impactos materiais.

a.3) Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/2021 dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dentre as alterações propostas, destaca-se principalmente a extinção do Grupo 5 – Rendas de Exercícios Futuros, sendo conseqüentemente todos os montantes do mesmo transferidos à linha de Outros Passivos.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Semestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

c) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

d) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

f) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

g) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - Títulos para negociação;
- II - Títulos disponíveis para venda; e
- III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

h) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "Hedge" de risco de mercado; e
- II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

i) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;
- b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco RCI Brasil passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

j) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l.2) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

m) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

n) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras Semestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras Semestrais.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

q) Juros sobre o Capital Próprio

A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

s) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Demonstrações Financeiras Semestrais são revisadas pelo menos Trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e a realização dos ativos fiscais diferidos. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

t) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta Circular Bacen nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras.

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

- a) próprios;
- b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

u) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares Bacen nº 3.776/15 e nº 3.174/03), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

v) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco RCI Brasil considera que o lucro líquido do Banco do período findo de 30 junho 2022, no montante de R\$ 56.298 milhões, (em 30 junho 2021, no montante de R\$ 90.207 milhões), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidade	47.802	5.050	40.130	38.033
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	403.894	27.000	121.091	618.112
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	403.894	27.000	121.091	618.112
Total	451.696	32.050	161.221	656.145

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021, 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**a) Títulos e Valores Mobiliários****I) Resumo da Carteira por Categorias**

			30/06/2022	31/12/2021
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	1.187.300	(92)	1.187.208	783.006
Títulos Públicos	403.476	(92)	403.384	106.027
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	403.476	(92)	403.384	106.027
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	783.824	-	783.824	676.979
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos)	783.824	-	783.824	676.979
Total de Títulos e Valores Mobiliários	1.187.300	(92)	1.187.208	783.006
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos – Ativo	1.187.300	(92)	1.187.208	783.006

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

II) Abertura por Vencimento

	30/06/2022			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 Meses	Total
Títulos Disponíveis para Venda	36.700	366.684	783.824	1.187.208
Títulos Públicos	36.700	366.684	-	403.384
LFT	36.700	366.684	-	403.384
Títulos Privados	-	-	783.824	783.824
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	-	-	783.824	783.824
Total	36.700	366.684	783.824	1.187.208

(1) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base nas referências dos preços de mercado e suas perdas associadas ao risco de crédito atualizadas pelos critérios da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos está relacionado a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
"Swap" Negociação – Diferencial a Receber	2.597	-
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	205.986	57.905
Total	208.583	57.905
Passivo		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	-	-
Total	-	-

No período findo em 30 de junho de 2022, foram reconhecidas receitas e despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$89.922 (30/06/2021 -R\$79.644)."

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/06/2022			31/12/2021		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo
"Swap"						
Ativo	530.000	554.335	559.494	-	-	-
Certificado de depósitos interfinanceiros (DI)	530.000	554.335	559.494	-	-	-
Passivo	(530.000)	(555.354)	(556.897)	-	-	-
Taxa de juros Pré – Reais	(530.000)	(555.354)	(556.897)	-	-	-
Swap – Negociação – (Diferencial a Pagar)	-	(1.019)	2.597	-	-	-

III) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade e foram efetivos no período conforme estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

- O Banco RCI Brasil possui operações de hedge cujos objetos são captações através de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre maio de 2019 a abril de 2022 e os vencimentos são entre julho de 2022 e setembro de 2025.
- Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado.

	30/06/2022			31/12/2021		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	3.698.655	4.092.782	4.199.819	3.864.350	4.129.999	4.233.960
Certificado de Depósitos Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	3.698.655	4.092.782	4.199.819	3.864.350	4.129.999	4.233.960
Passivo	(3.698.655)	(4.083.720)	(3.993.833)	(3.864.350)	(4.265.887)	(4.176.055)
Taxa de Juros Pré - Reais	(3.698.655)	(4.083.720)	(3.993.833)	(3.864.350)	(4.265.887)	(4.176.055)
"Hedge" de Fluxo de Caixa	-	9.062	205.986	-	135.888	57.905

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

				30/06/2022	
				Objetos de Hedge	
				Instrumentos de Hedge	
Estratégias	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil	
				Valor Contábil	
Contratos de Swap					
Hedge de Captações	(3.698.655)	(4.083.720)	(3.993.833)	(4.488.894)	

				31/12/2021	
				Objetos de Hedge	
				Instrumentos de Hedge	
Estratégias	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil	
				Valor Contábil	
Contratos de Swap					
Hedge de Captações	(3.864.350)	(4.265.887)	(4.176.055)	(4.799.882)	

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde ao valor de R\$237.218 (31/12/2021 - R\$234.087) brutos e R\$124.352 (31/12/2021 - R\$122.762) líquido dos efeitos tributários.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento – Ativos

				Valor Referencial	
				30/06/2022	31/12/2021
				Acima de 12 Meses	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	-	530.000	-	530.000	-
Operações de Hedge	421.150	1.534.600	1.742.905	3.698.655	3.864.350
Total	421.150	2.064.600	1.742.905	4.228.655	3.864.350

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$326.886 (31/12/2021 R\$341.015) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "*banking*", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de junho de 2022, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira " <i>banking</i> " Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pós-Fixadas	(840)	(25.284)	(47.602)
Total (1)		(840)	(25.284)	(47.602)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Composição Carteira de Crédito e Arrendamento

	30/06/2022	31/12/2021
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	1.075.699	1.196.003
Financiamentos - CDC Veículos	7.539.907	7.764.610
Operações de Arrendamento Mercantil	100.678	162.949
Total	8.716.284	9.123.562

Composição Carteira de Crédito e Arrendamento Mercantil por Vencimento

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	30/06/2022	31/12/2021
Vencidas	78.070	71.174
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.657.994	1.939.294
De 3 a 12 Meses	2.755.839	2.713.024
De 1 a 5 Anos	4.218.922	4.394.996
Acima de 5 Anos	5.459	5.074
Total	8.716.284	9.123.562

b) Carteira de Créditos

	30/06/2022	31/12/2021
Financiamentos – Floorplan	1.075.699	1.196.003
Financiamentos - CDC Veículos	7.539.907	7.764.610
Total	8.615.606	8.960.613

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito	30/06/2022	31/12/2021
Vencidas	75.764	68.047
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.637.383	1.910.283
De 3 a 12 Meses	2.709.025	2.646.652
De 1 a 5 Anos	4.187.975	4.330.557
Acima de 5 Anos	5.459	5.074
Total	8.615.606	8.960.613

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	30/06/2022	31/12/2021
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	113.322	188.332
Arrendamentos a Receber	35.680	59.019
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	77.642	129.313
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(33.576)	(55.959)
Valores Residuais a Balancear	(77.642)	(129.313)
Depreciações Acumuladas	(320.426)	(390.685)
Superveniências de Depreciações	318.712	397.646
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	1.110	1.307
Outros Valores e Bens	204	258
Imobilizado de Arrendamento Mercantil	420.352	564.801
Credores por Antecipação de Valor Residual	(321.378)	(413.438)
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	100.678	162.949

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Carteira de Arrendamento Mercantil por Vencimento

Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente (parcela)	30/06/2022	31/12/2021
Vencidas	2.306	3.127
A Vencer:		
Até 3 Meses	20.611	29.011
De 3 a 12 Meses	46.814	66.372
De 1 a 5 Anos	30.947	64.439
Total	100.678	162.949

d) Carteira de Crédito e Arrendamento Mercantil por Setor de Atividades

Setor Privado	30/06/2022	31/12/2021
Indústria	67.181	62.855
Comércio	1.337.846	1.411.468
Instituições Financeiras	741	671
Serviços e Outros	429.999	438.937
Pessoas Físicas	6.878.594	7.207.642
Agricultura	1.923	1.987
Total	8.716.284	9.123.560

e) Carteira e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco (contrato)

							30/06/2022	
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão		
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
AA	-	519.680	-	519.680	-	-	-	
A	0,5%	6.450.979	-	6.450.979	32.255	-	32.255	
B	1%	805.155	184.427	989.582	9.896	-	9.896	
C	3%	181.575	157.239	338.814	10.164	-	10.164	
D	10%	43.002	68.459	111.461	11.146	-	11.146	
E	30%	19.004	37.606	56.610	16.983	-	16.983	
F	50%	4.928	41.809	46.737	23.369	8.559	31.928	
G	70%	2.517	35.684	38.201	26.741	11.441	38.182	
H	100%	28.303	135.917	164.220	164.220	-	164.220	
Total		8.055.143	661.141	8.716.284	294.774	20.000	314.774	

							31/12/2021	
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão		
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
AA	-	475.665	-	475.665	-	-	-	
A	0,5%	5.823.139	-	5.823.139	29.115	-	29.115	
B	1%	1.842.079	178.298	2.020.377	20.204	-	20.204	
C	3%	256.750	141.614	398.364	11.951	-	11.951	
D	10%	61.365	74.265	135.630	13.563	-	13.563	
E	30%	16.694	33.363	50.057	15.017	662	15.679	
F	50%	5.560	30.850	36.410	18.205	7.264	25.469	

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras Semestrais	Notas Explicativas	Declaração dos Diretores			
<i>*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.</i>							
G	70%	9.723	30.591	40.314	28.220	12.074	40.294
H	100%	14.726	128.880	143.606	143.604	-	143.604
Total		8.505.701	617.861	9.123.562	279.879	20.000	299.879

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Saldo Inicial	299.879	269.446
Constituição (Reversão)	114.400	55.579
Baixas	(99.505)	(60.249)
Saldo Final	314.774	264.776
Créditos Recuperados⁽¹⁾	16.437	9.618

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No período findo em 30 de junho de 2022 as renegociações atingiram o montante de R\$376.277 (31/12/2021 R\$427.176).

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está representado por Impostos e Contribuições a Compensar.

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em			Saldos em 30/06/2022
	30/06/2022	31/12/2021	31/12/2021	Constituição	Realização	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	559.605	522.908	235.309	65.164	(48.651)	251.822
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	6.960	6.641	2.988	1.670	(1.526)	3.132
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	117.615	110.450	49.211	3.363	(139)	52.435
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	9.669	13.047	5.871	647	(2.167)	4.351
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	88	4.005	1.803	519	(2.282)	39
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	92	4.201	195	56	(247)	4
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	5.045	5.671	2.552	779	(1.060)	2.271
Outras Provisões Temporárias	82.150	78.401	35.281	4.943	(3.256)	36.968
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	781.224	745.325	333.210	77.141	(59.328)	351.022
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	781.224	745.325	333.210	77.141	(59.328)	351.022

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, o Banco RCI não possui ativos fiscais diferidos não contabilizados.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	
2022	29.263	23.411	-	52.674
2022	60.409	47.836	1	108.246
2023	53.261	42.609	1	95.871
2024	44.073	35.258	1	79.332
2025	2.585	2.068	1	4.654
2026 a 2030	5.692	4.553	-	10.245
Total	195.283	155.735	4	351.022

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos Ativos Fiscais Diferidos é de R\$305.997 (31/12/2021 - R\$315.716), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

c) Obrigações Fiscais

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições a Pagar	8.143	7.307
Passivos Fiscais Diferidos	175.051	193.574
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	55.805	61.327
Total	239.000	262.208

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em		Realização	Saldos em
	30/06/2022	31/12/2021	31/12/2021	Constituição		
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	191.218	188.788	84.955	20.105	(19.012)	86.048
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	200.543	197.995	9.208	2.179	(2.060)	9.326
Superveniência de Arrendamento Mercantil	318.711	397.646	99.411	-	(19.734)	79.677
Total	710.473	784.429	193.574	22.284	(40.806)	175.051

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	
2022	21.911	4.780	1.166	27.857
2023	27.887	9.561	2.331	39.779
2024	27.887	9.561	2.331	39.779
2025	27.887	9.561	2.331	39.779
2026	21.910	4.781	1.166	27.857
Total	127.482	38.244	9.325	175.051

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	108.753	156.149
Participações no Lucro	(1.731)	(1.715)
Resultado antes dos Impostos	107.022	154.434
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	(48.160)	(69.495)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	7.947	604
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	(10.142)	-
Demais Ajustes CSLL 5%	-	4.773
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(367)	(108)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(50.723)	(64.226)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

10. Outros Ativos	30/06/2022	31/12/2021
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	184.705	183.806
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	811	3.579
Para Interposição de Recursos Cíveis	22.482	22.756
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	19.377	17.718
Outros Valores e Bens e despesas antecipadas	42.478	39.865
Outros	1.871	692
Total	271.724	268.416

11. Imobilizado de Uso

Imobilizado de Uso	30/06/2022		31/12/2021	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.439	(1.169)	1.270	1.392
Sistemas de Segurança e Comunicações	146	(114)	32	28
Sistemas de Processamento de Dados	827	(847)	20	19
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.911	(811)	1.100	1.172
Imobilizações em Curso	204	(8)	196	204
Total	5.527	(2.949)	2.578	2.815

12. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$9.896 (31/12/2021- R\$9.889) como custo de aquisição e R\$6.203 (31/12/2021 - R\$5.769) de amortização acumulada.

13. Captação de Recursos

a) Depósitos

	30/06/2022				31/12/2021	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros(1)	-	187.255	994.073	2.087.166	3.268.494	3.072.122
Depósitos a Prazo(2)	-	145.313	4.776	178.049	328.137	325.152
Outros Depósitos(3)	327	-	-	-	328	11.300
Total	327	332.568	998.849	2.265.215	3.596.959	3.408.574

(1) Inclui o valor de R\$732.638 (31/12/2021 - R\$1.253.259) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 19 de outubro de 2018 até 27 de maio de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2026.

(2) Incluiu o valor de R\$139.508 Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre 23 de junho de 2020 até 30 de junho de 2022 e prazo de vencimento entre 2022 e 2025 com possibilidade de antecipação.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	30/06/2022			31/12/2021	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾	90.176	192.344	940.672	1.223.192	1.361.443
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾	522.454	1.056.647	2.580.811	4.159.912	3.651.540
Total	612.630	1.248.991	3.521.483	5.383.104	5.012.983

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 12 de julho de 2019 e 29 de junho de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2025.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$ 50. Possuem data de emissão entre 20 de setembro 2018 a 29 de março de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2026 sem possibilidade de antecipação.

(3) Em 30 de junho de 2022, inclui o valor de R\$75.128 (31/12/2021 - R\$131.609) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 30 de junho de 2022, inclui o valor de R\$3.541.620 (31/12/2021 - R\$3.415.015) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Outros Passivos

	30/06/2022	31/12/2021
Sociais e Estatutárias	1.747	2.165
Diversas	442.696	432.938
Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15)	174.830	172.677
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	145.926	160.206
Seguro Prestamista Financiamento Aymoré	6.296	6.390
Provisões com Despesas de Comissões	19.006	18.746
Provisões com Despesas Profit Share	16.219	7.943
Provisões com Campanhas de Publicidade	16.535	9.649
Outras	65.205	57.327
Total	445.764	435.103

15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais**a) Ativos Contingentes**

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	158.201	153.037
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 14)	16.629	19.640
Ações Trabalhistas	9.669	12.999
Ações Cíveis	6.960	6.641
Total	174.830	172.677

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2022			01/01 a 30/06/2021		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	153.037	12.999	6.641	144.705	14.456	7.782
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações						
Monetárias ⁽¹⁾	7.355	(710)	5.355	6.460	(1.493)	5.509
Pagamentos	(2.191)	(2.620)	(5.036)	(1.188)	(763)	(6.301)
Saldo Final	158.201	9.669	6.960	149.977	12.200	6.990
Depósitos em Garantia - Outros						
Créditos ⁽²⁾	184.705	924	22.482	181.696	3.361	23.532

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e COFINS - R\$14.888 (31/12/2021 - R\$14.529): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$120.487 (31/12/2021 - R\$117.018): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e", mas para as quais, pelas características individuais, foram avaliadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$56.547 para ações cíveis, R\$3.168 para ações trabalhistas e R\$236.691 para ações fiscais, sendo a principal ação fiscal, descrita no parágrafo abaixo (PIS/COFINS). (31/12/2021 - R\$56.070, R\$2.727 e R\$222.288, respectivamente).

PIS/COFINS – Auto de Infração - R\$119.610 (31/12/2021 - R\$112.678): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	30/06/2022		
	Em Milhares de Reais		
	Bruto	IRRF	Líquido
Dividendos ⁽¹⁾	30.000	-	30.000
Total	30.000	-	30.000

(1) Deliberado na Assembleia Geral Ordinária em 06 de junho de 2022 e pagamento efetuado em 21 de junho de 2022.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do período foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2022 foi fixado o valor máximo de R\$5.249 (2021 - R\$4.853). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	887	700
Remuneração Variável	102	96
Outras	577	415
Total	1.566	1.211

Adicionalmente, no semestre findo em 30 de junho de 2022, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$429 (30/06/2021 - R\$272).

b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2022	31/12/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Disponibilidades	47.801	4.934	-	-
Banco Santander(3)	47.801	4.934	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	50.000	27.000	7.557	3.227
Banco Santander(3)	50.000	27.000	7.557	3.227
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	783.825	676.979	49.843	7.147
FIDC Venda de Veículos(9)	783.825	676.979	49.843	7.147
Operações de Crédito	6.324	8.630	31.842	15.897
Renault do Brasil S.A.(4)	1.020	2.820	8.156	6.293
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.(4)	859	683	4.208	1.648
Nissan do Brasil S.A.(4)	4.445	5.127	19.478	7.956
Valores a Receber de Sociedades Ligadas(6)(10)	19.376	17.718	54.832	76.238
Renault do Brasil S.A.(4)	13.573	15.946	53.239	63.546
Nissan do Brasil S.A.(4)	5.780	1.660	998	12.206
FIDC Venda de Veículos(9)	-	-	253	127
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	23	112	342	359
Depósitos Interfinanceiros	(3.167.933)	(2.761.443)	(144.416)	(90.492)
Banco Santander(3)	(3.167.933)	(2.761.443)	(144.416)	(90.492)
Recursos de Aceites Cambiais	(1.408.020)	(468.187)	(19.386)	(4.475)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.(8)	(118.039)	(206.485)	(10.981)	(1.078)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda.(4)	(91.197)	(142.377)	(6.131)	(2.223)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	(16.115)	(15.647)	(901)	(187)
FIDC Venda de Veículos (9)	-	(1.678)	(1.373)	(987)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	-	-
RCI Banque (3)	-	-	-	-
Banco Santander (3)	-	-	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(18.531)	(10.615)	(31.365)	(34.701)
Banco Santander(3)	-	-	(5.427)	(5.919)
RCI Banque(1)(3)	(3.575)	(1.535)	(2.040)	(6.081)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.(1)(5)	(1.434)	(1.060)	(8.222)	(6.449)
Nissan do Brasil S.A.(4)	(13.522)	(8.020)	(15.676)	(16.252)
Outras Obrigações - Diversas	41	(45)	(1.798)	(1.490)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(1.566)	(1.211)
Santander Tecnologia e Inovação Ltda	-	-	-	(26)
Renault do Brasil S.A.(4)	31	(27)	(153)	(142)
Nissan do Brasil S.A.(4)	10	(18)	(79)	(111)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia.

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(8) Controladas da controladora RCI Banque.

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	20.410	27.972
Outras	2.634	2.842
Total	23.044	30.814

19. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Serviços do Sistema Financeiro	8.518	10.097
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	27.468	23.085
Propaganda e Publicidade	27.161	18.864
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	8.222	6.449
Convênio Operacional RCI Banque	2.040	6.081
Serviços de Processamento de Dados	13.853	14.409
Transportes e Viagens	787	193
Outras	4.575	4.770
Total	92.624	83.948

20. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Atualização de Depósitos Judiciais	3.914	1.205
Atualização de Impostos a Compensar	2.196	427
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	7.076	10367
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	26.672	24.638
Reversão de Provisões Operacionais – Trabalhistas	8.513	3.056
Reversão Provisão IR e CS	15.184	-
Outras	2.236	359
Total	65.791	40.052

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

21. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	30.992	25.072
Provisões Operacionais		
Cíveis (Nota 15.c)	9.161	5.667
Fiscais (Nota 15.c)	2.028	5.177
Trabalhista (Nota 15.c)	4.056	1.562
Gastos com Contratos em Atraso	22.007	6.375
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	1.294	1.088
Atualização Monetária Contingência Fiscal	7.581	1.181
Outras	1.785	466
Total	78.904	72.721

22. Resultado Não Operacional

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Resultado com Bens não de Uso Próprio	946	11.748
Perdas de Capital	(6)	(170)
Total	940	11.578

23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Demonstrações Financeiras Semestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas do Banco Santander, referentes ao período em 30 de junho de 2022, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

d) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco RCI Brasil monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e suas consequências, com ações para mitigar os impactos da COVID-19.

O Banco RCI Brasil mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas em 2022, destacam-se (a) incentivo e monitoramento do índice de vacinação dos colaboradores (b) protocolo de testagem de contactantes, independente da presença de sintomas, e de casos suspeitos (c) retorno seguro do grupo de maior risco ao trabalho presencial e manutenção em ambiente remoto àqueles com condições médicas especiais.

Mesmo com a queda do estado de emergência pública e flexibilização das medidas de distanciamento, os índices de contaminação e a gravidade dos casos continuam em acompanhamento pela Administração até que haja maior segurança técnica quanto ao impacto da doença em nível global.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

François Guionnet

Suplente do Presidente do Conselho

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee
Francisco Javier Muñoz Bermejo
João Miguel dos Santos Leandro

Conselheiros Suplentes

Gustavo de Sousa Santos
Enrico Rossini
Fabien Jean Michel Tournier
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Diogo Rodrigues de Sousa Lima

DIRETORIA

Diretor Presidente e Geral

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

CONTADOR

Diego Santos Almeida – CRC N° 1SP 316054/O-4

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Semestrais

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras Semestrais da Companhia, relativas ao período findo em 30 de junho de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente e Geral

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 12 de agosto de 2022.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 30 de junho de 2022, sobre as Demonstrações Financeiras Semestrais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração de resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretores Presidentes e Geral

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 12 de agosto de 2022.